



O PT FAZ BEM

DIRETRIZES PARA TRANSFORMAR SANTA CATARINA

Apresentação

Neste ano vivermos novamente a “festa da democracia”, com eleições gerais cujos resultados podem transformar a vida dos(as) brasileiros(as) e catarinenses. Em Santa Catarina o Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta a sociedade catarinense *Diretrizes do Programa de Governo* construídas a partir de um processo participativo que envolveu todas as regiões do estado, das pequenas as maiores cidades, e que pretende demonstrar que outra forma de governar é possível, articulando governo e sociedade na elaboração, planejamento e até mesmo na execução das políticas públicas.

Somos a verdadeira alternativa para mudar. Já governamos as principais cidades catarinenses onde implantamos o “modo petista de governar”, que inverte prioridades, dando destaque absoluto às urgências decididas no diálogo permanente entre governo e sociedade. Hoje governamos milhares de catarinenses em municípios de todas as regiões, com administrações exitosas e que inspiram nossas propostas de transformação para SC. Mas sem sombra de dúvidas, nossa maior inspiração são os doze anos de governo de Lula e Dilma, que demonstraram que é possível desenvolver com crescimento econômico e distribuição de renda. Mas ainda não tivemos a honra e oportunidade de governar Santa Catarina.

Nestas eleições de 2014, o PT catarinense apresenta o seu Presidente Estadual **Cláudio Antônio Vignatti como candidato a Governador** e o Vereador de Itajaí, **Thiago da Silva Morastoni como candidato à Vice Governador**, assim como o Presidente da Eletrosul no governo Lula, **Milton Mendes de Oliveira para o Senado Federal**, tendo como seu

primeiro e segundo suplentes respectivamente o médico Ricardo Baratieri e a bacharel em teologia Liliane Zuchi, além de uma forte nominata de candidatos(as) a Deputados(as) Federais e Estaduais.

Vignatti é uma liderança jovem na política catarinense, mas com grande experiência acumulada em mais de vinte anos de responsabilidade em diversas tarefas públicas. Iniciou sua trajetória de vitórias cedo, no movimento estudantil. Atuou como líder comunitário em seu bairro, e em 1988, com apenas 21 anos, fundou o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó e região sendo seu primeiro presidente. Filiado ao PT desde 1993, presidiu o diretório municipal e hoje esta a frente do diretório estadual do Partido. Eleito duas vezes vereador de Chapecó, 1996 e 2000, foi líder da administração do prefeito José Fritsch. Em 2002 foi eleito deputado federal, e reeleito para o cargo em 2006. Como Deputado representante do povo catarinense, teve papel de destaque no Congresso, sendo Vice Líder do Partido em 2004 e 2005 e Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara entre 2009 e 2010. Sua reconhecida capacidade de articulação, que sempre o fez transitar com naturalidade entre as diversas forças políticas, o levou a condição de relator do Plano Plurianual do governo brasileiro em 2008. Foi candidato a Senador por SC em 2010 obtendo mais de 1 milhão e 200 mil votos.

Colocar SC nos trilhos do desenvolvimento do Brasil

Nossas tarefas para transformar Santa Catarina, seja no Governo do Estado, Assembleia Legislativa, ao Senado e Câmara Federal, são indissociáveis do compromisso de reeleger Dilma Rousseff à Presidência da República, tendo como claro objetivo aprofundar os avanços conquistados pelos doze anos de governo do PT no Brasil. Fortalecendo o compromisso do governo central com o desenvolvimento econômico e social dos(as) catarinenses e criando uma maior sinergia entre os modelos de governança.

Os governos petistas de Lula e Dilma são vitoriosos ao ponto que se consolidaram como referência planetária e um marco na política brasileira ao combinar políticas econômicas eficazes com sustentabilidade social e ambiental. Demonstraram que políticas sociais e compromisso com os anseios mais profundos da população fazem bem para a economia ao mesmo tempo em que fazem bem para a sociedade como um todo.

Após doze anos vivemos um Brasil muito mais justo e igualitário, com ações fortes de um governo que tirou o país da estagnação econômica, promovendo a maior inclusão social já registrada em nossa história, que bateu recordes de crescimento do emprego e da renda média do(a) trabalhador(a), de aumento do bem estar, de redução das desigualdades sociais e regionais, de redução de práticas ambientais predatórias, que ativou mercados exportadores, que diminuiu drasticamente o endividamento público, que atuou criativa e consistentemente em todas as frentes de políticas públicas e que goza ao final deste período de uma contundente aprovação da população brasileira. Hoje vivemos em um Brasil que apesar de todas as adversidades que ainda precisam ser superadas, orgulha os(as) brasileiros(as), um país pelo qual somos reconhecidos e aplaudidos em todo o mundo. Nosso compromisso é associar Santa Catarina a este projeto vitorioso de Brasil.

Santa Catarina é sem sombra de dúvidas um estado multicultural, temos todas as cores, todos os climas, as mais belas topografias e cenários e uma população magistral. Temos

também uma das maiores economias do Brasil, com uma produção diversificada e de alta qualidade, com PIB per capita e IDH superior à média nacional.

Mas queremos ser ainda mais ousados em nosso desempenho econômico e social, tornando-o inclusivo e introduzindo uma gestão democrática e eficiência do estado, tudo isso com sustentabilidade.

Nosso compromisso é constituirmos juntos com os(as) catarinenses um governo ousado e inovador, capaz de responder com eficiência e agilidade. Um governo aguerrido no enfrentamento dos problemas, articulado ao construir soluções e democrático ao contar com a participação dos cidadãos e cidadãs. Um governo apaixonado por Santa Catarina e por sua gente.

Trabalharemos incansavelmente para transformar nossos desafios em oportunidades, inaugurando outra forma de relação do governo com as regiões e os municípios, aprofundaremos a parceria com o governo federal buscando uma maior sinergia entre os modelos de governança, e especialmente, faremos um aliança forte e permanente com a população catarinense.

É possível fazer diferente ...

As Diretrizes que descrevemos neste documento apontam caminhos que trilharemos para transformar a vida dos(as) catarinenses e servirão de estrutura para o contínuo desenvolvimento das propostas de nosso Programa de Governo. Organizamos estas diretrizes metodologicamente em três eixos estruturantes de políticas públicas: *Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusivo*, *Desenvolvimento Social e Gestão Democrática e Eficiência do Estado*. E apresentamos aqui ideias iniciais para o debate ao longo do processo eleitoral.

Esperamos desta forma, definir de forma participativa, quais as prioridades que assumiremos para os temas de Infraestrutura (*logística, transporte, trânsito e mobilidade, acessibilidade, habitação, saneamento, urbanismo, defesa civil, energia, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias*), Desenvolvimento Econômico (*indústria, comércio, serviços, emprego e renda, economia solidária e criativa, turismo, agronegócio, pesca e aquicultura, trabalho, atração de investimentos, mineração, meio ambiente e mudanças climáticas*), Desenvolvimento Rural (*agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, reforma agrária*), Ciência, Tecnologia e Inovação (*TIC, comunicação, biotecnologia, energias renováveis, pesquisa, universidades*), Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública e Direitos Humanos, Promoção da Igualdade (*racial, mulheres, juventude, terceira idade, pessoas com deficiência, diversidade sexual*), Cultura, Esporte e Lazer, bem como, a proposta de criação de um Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, de Modernização Administrativa, Reformas Estruturantes, um novo modelo de Desenvolvimento Regional e Territorial, da Relação com os Municípios, a Valorização do Servidor e o papel das Empresas Públicas, e muito mais.

Apresentamos ao debate uma concepção onde o eixo do desenvolvimento social e desenvolvimento econômico estão intimamente ligados e totalmente conectados, pois os temas emprego e renda, e oportunidades para todos e todas são encarados como fatores de cidadania e de estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Juventude, emprego e salários dignos tem forte associação com temas como educação, cultura e

inovações tecnológicas porque acreditamos que o caminho do desenvolvimento neste século será cada vez mais dirigido pela economia do conhecimento, por produtos e serviços realizados com tecnologias que reduzem ou evitem grandes impactos ambientais.

O modelo de desenvolvimento que defendemos é alicerçado no tripé econômico, social e ambiental. Nesta lógica, sustentabilidade e inclusão não são sinônimos exclusivos ao meio ambiente e as políticas sociais. Sendo assim, propõe-se a consolidação de uma vigorosa economia do conhecimento em nosso estado, fortalecendo as atividades industriais, tecnológicas, comerciais, da agricultura, pecuária, pesca e de serviços, buscando em todas elas a eficiência econômica, a justiça social e a proteção ambiental. Um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e integrado porque visa garantir com o devido planejamento os recursos e os meios para dotarmos nosso estado com uma robusta rede de infraestrutura e logística em transportes, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, trânsito e mobilidade, acessibilidade, habitação, saneamento, urbanismo, energia, água e comunicação. Acreditamos que temos plenas condições de transformar estes componentes numa de nossas principais vantagens competitivas no cenário nacional e até mesmo internacional, promovendo a incorporação de inovações tecnológicas para melhorar a qualidade de vida dos catarinenses, no campo e nas cidades, porque estaremos orientados para a geração de oportunidades para todos e todas, porque estaremos preocupados com as gerações presentes e as futuras.

As prioridades que pretendemos juntos edificar serão fruto da negociação com a sociedade, com base nos reais anseios da população. Um verdadeiro governo democrático e participativo, que coloque de fato as pessoas em primeiro lugar. Um governo que não tenha medo da democracia e da participação da população, ao contrário, que promova por meio da implementação de um amplo Sistema de Participação Popular e Cidadã espaços institucionalizados para olhar nos olhos do cidadão, para ouvir, para trocar informações e conhecimentos, para deliberar sobre os caminhos a seguir.

Essa perspectiva de desenvolvimento implica, portanto, a consideração das necessidades das pessoas e não apenas os chamados interesses de mercado. Os diferentes tempos de crianças e de idosos, as necessidades das pessoas com deficiências, as diferentes experiências culturais e sociais e o combate a qualquer forma de discriminação, sejam elas de gênero, etnia, orientação sexual ou religiosa. Implica considerar as necessidades das áreas rurais e núcleos urbanos. Em compreender e saber respeitar as diferenças entre as pequenas, médias e grandes cidades, tendo a sensibilidade e sabedoria para responder as demandas de cada uma delas de forma equilibrada.

Para levar a efeito essa concepção de desenvolvimento é preciso um Estado forte, isto é, capaz de impulsionar ações em todos os campos. Um Estado capaz de mediar conflitos e impulsionar processos de decisão e planejamento de médio e longo prazo. É preciso destacar que esta perspectiva de desenvolvimento indicada torna ainda mais necessária a instituição do planejamento de governo para articular e integrar ações, potencializar recursos de todas as ordens e assegurar que as políticas atendam e fortaleçam a cidadania. Muito diferente das administrações públicas tradicionais que se pautam, na maioria das vezes, por ações espetaculosas, de grande visibilidade, buscando apenas impacto junto à opinião pública, visando consolidar apoios pessoais e eleitorais futuros. Outra lógica de governo, que não se restringe aos limites de seu próprio mandato em particular, no seu tempo de duração, mas à sedimentação de políticas cuja maturação vai além do seu tempo, criando inclusive pontos que impeçam retrocessos.

Isso exige uma cultura de planejamento, eficiência e racionalidade da máquina pública e controle social de governo, com transparência e eficácia capazes de promover e garantir o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs.

As Diretrizes que apresentamos é fruto da contribuição de milhares de catarinenses, de todas as regiões, estudantes, empresários, agricultores, artistas, mulheres, mães e pais, lideranças sociais e religiosas, autoridades públicas, pesquisadores, enfim, todos aqueles que participaram das dezenas de reuniões que fizemos ao longo dos meses de abril a junho de 2014. O que estamos fazendo agora é o que faremos no governo: diálogo e parceria com a sociedade catarinense.

Com este objetivo apresentamos alguns caminhos que guiarão o nosso futuro governo para melhorar a vida dos(as) catarinenses.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Desde já assumimos o compromisso com metas para erradicar o analfabetismo e a pobreza, promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres porque é inaceitável que, em pleno Século XXI, sendo o nosso estado uma das primeiras economias em PIB/per capita do país ainda convivamos com diversas desigualdades. Nenhuma sociedade é sustentável sem educação e saúde de qualidade. Seja pela nossa história de compromissos com estes temas, seja pela importância, em quantidade e qualidade serão prioridades em nosso governo.

Embora Santa Catarina tenha bons indicadores sociais, temos muito a fazer. Convivemos ainda com 4% de nossa população na condição de analfabetismo, o que se agrava se considerarmos aqueles que nem mesmo conseguiram concluir os primeiros anos do ensino fundamental, que somam cerca de 1 milhão e 400 mil analfabetos funcionais segundo indicadores do próprio governo. Sem contar os 200 mil jovens que estão fora do ensino médio. Somente 48,6% da população tem acesso a internet em suas residências e 77,1% não contam com rede coletora de esgotamento sanitário.

Em todos os âmbitos, o nosso governo terá programas, planos, políticas e normas para garantir a promoção dos direitos humanos. Por isto, a nossa política de direitos humanos estará sintonizada com as políticas econômicas e ambientais. A política tributária, em negociação com os atores políticos, com a Assembléia Legislativa e municípios será uma das principais ferramentas para a implantação de uma sólida política em direção à sustentabilidade.

Saúde

Saúde é vida, cidadania, direito elementar dos seres humanos, em qualquer parte do mundo. Não podemos comprá-la no mercado, optando conscientemente por ficar ou não ficar doente, decidir quando, como e com que recursos resolveremos nossos problemas. A presença do Estado é fundamental nas diferentes faces do processo saúde-doença: na promoção, prevenção e na atenção à saúde pública. Em Santa Catarina o tema saúde nas últimas décadas

é o mais lembrado pela população, infelizmente não pela qualidade, mas em geral pela má qualidade no atendimento; além da dificuldade no acesso aos serviços. Um Estado que tem uma das economias mais destacadas do país não pode ser negligente com esta situação.

Um governo que se propõe a superar esse quadro deverá adotar medidas de ampliação da capacidade de resolução dos seus serviços, com destaque para a regulação e controle dos mesmos. Tais medidas, com adequado aporte financeiro e efetiva participação da comunidade catarinense, devem garantir o cumprimento dos princípios de universalidade do acesso, integralidade das ações e equidade previstas na Constituição e no Sistema Único de Saúde.

É necessário sim ampliar os recursos destinados à saúde, mas precisamos primeiro revisar o plano diretor de regionalização, redefinindo estratégias de regulação de forma regionalizada, ampliando a equidade e ajustando a oferta às necessidades de saúde identificadas por indicadores epidemiológicos, demográficos e de demanda. Transformando as regionais de saúde em polos autossuficientes de resolutividade no atendimento à demanda.

As diferentes regiões precisam ser dotadas de estruturas de realização de exames auxiliares de diagnóstico, evitando ou diminuindo os transtornos e custos dos deslocamentos. O Estado deve assumir diretamente seus compromissos, fazendo a gestão dos hospitais públicos regionais e do Samu, colocando fim as terceirizações.

Os hospitais de pequeno porte, que atendem principalmente os pequenos municípios, devem ser parceiros estratégicos através de uma política de contratualização por metas e vocacionamento. É preciso dar apoio aos municípios para contratação de profissionais especialistas, em especial as regiões com menores índices de IDH e menores PIB/ per capita. E para isso é necessário ampliar a formação de novos profissionais, e a UDESC deverá assumir parte da tarefa de diminuição da deficiência de profissionais no estado.

Educação

Santa Catarina está colocada como uma das unidades da federação mais bem pontuadas no aspecto da qualidade, da aprendizagem, da infraestrutura e do capital intelectual. Apesar da posição confortável, enfrenta sérios problemas acerca da qualidade do ensino, com grande parcela de professores com sintomas de cansaço, esgotamento e falta de motivação. Os dados oficiais também não revelam as taxas da exclusão do ensino básico, principalmente na cobertura de atendimento a crianças de zero a três anos, na pré-escola, assim como no ensino médio.

Temos plenas condições de aumentar a taxa de universalização o mais rápido possível. Garantir ensino público gratuito para todas as crianças e jovens até 2018, erradicar o analfabetismo e motivar os professores são as principais propostas na área de educação.

Tanto a estrutura física das escolas, de prédios a mobiliários, quanto as metodologias de ensino precisam acompanhar os avanços da sociedade como um todo. As inovações tecnológicas, neste sentido, precisam ser incorporadas pelo ambiente escolar. As escolas públicas estaduais devem ter no mínimo uma quadra coberta e uma biblioteca para que se faça educação integral, com acesso ao esporte e a cultura.

Vamos inaugurar um novo tempo, onde a democracia será palavra chave na educação. Iremos democratizar a relação entre a gestão do estado e os profissionais da educação, mas principalmente, aprofundar a democracia no ambiente escolar, envolvendo as comunidades através da eleição direta para diretores de escolas e a formação de conselhos escolares.

Segurança Pública e Cidadania

Não é possível pensar numa sociedade sustentável com alto grau de violência e insegurança que a população enfrenta. Nosso governo modificará os atuais padrões de gestão administrativa para, em conjugação com as demais diretrizes do governo, definir as ações específicas da segurança pública.

A segurança pública estará articulada com as políticas para a educação, cultura, esportes, geração de emprego e, principalmente para juventude, as mulheres, as minorias étnicas e a população LGBT. Nosso projeto de segurança pública será indissociável da promoção dos direitos humanos.

O nosso governo terá uma estratégia integrada e conjunta de segurança pública envolvendo e valorizando todas as instituições. A prevenção e a inteligência serão os princípios das políticas públicas estaduais deslocando-se gradualmente de políticas e ações de confronto. Investiremos mais e melhor no treinamento dos efetivos das polícias, com ênfase nos princípios constitucionais e no respeito aos direitos humanos, promovendo uma maior consciência profissional das chefias, a adoção de um trabalho policial com menor poder lesivo à vida humana, o emprego da razão antes do ultimato da força, e um diálogo perene com todas as representações da sociedade, conduzindo o sistema de segurança pública a respostas mais apropriadas, para a nossa sociedade.

A inteligência policial no sistema de segurança pública será aplicada com meio de antecipação das ações do sistema como um todo, visando reduzir os confrontos com emprego da força, combater com eficiência a criminalidade e reduzir o desgaste dos entes que compõem esse mesmo sistema. Com isso seremos muito mais eficazes no combate ao crime organizado e ao tráfico que assolam SC nos últimos anos.

Como parte das diretrizes da política de segurança pública, o nosso governo desenvolverá um conjunto de políticas articuladas para enfrentar as raízes estruturais da violência e criminalidade, especialmente políticas de geração de emprego e renda voltados à juventude e as camadas sociais mais vulneráveis.

Mulheres

Em Santa Catarina, as eleitoras mulheres são a maioria, mesmo ainda sendo minoria no mercado de trabalho formal. Proporcionalmente estão mais presentes nos grupos com maior perfil de escolaridade. Este fator vem alterando gradualmente a composição do emprego no estado, no que se refere à escolaridade e gênero.

Mas é preocupante o fato de que as principais causas de internação hospitalar em SC tem ligação direta com as mulheres. Em ordem decrescente: gravidez, parto e puerpério, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho

digestivo e causas externas. Juntas representaram dois terços das interações. A gravidez na adolescência é outro aspecto alarmante. Crescem ano após ano o número de ações que tramitam nas comarcas de Santa Catarina envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

A política para as mulheres terá papel de destaque em nosso governo, sendo tema transversal e obrigatório em todas as políticas públicas, em especial, na saúde, assistência social, segurança pública e geração de trabalho, emprego e renda. A promoção das políticas públicas de gênero considerarão as especificidades de raça, etnia, de orientação sexual, geracional e religiosidade.

Juventude

Em Santa Catarina a população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos é de praticamente um quarto da população total do Estado. Mas entre os jovens na faixa etária de 16 a 18 anos apenas metade tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio. Mesmo em uma conjuntura de praticamente “pleno emprego”, metade dessa população não possui emprego formal e cerca de dois terços da população carcerária é composta por jovens. Uma realidade gravíssima a ser enfrentada.

Somente estes elementos já justificam que, em nosso governo, a Juventude será uma prioridade absoluta por meio de diversas políticas, sendo um tema transversal e obrigatório.

Promoção da Igualdade, Direitos Humanos e Combate à Violência

Nosso governo será intransigente contra toda forma de discriminação, racismo e violência. Através de um tripé da Cidadania iremos criar políticas, programas e planos para promover e garantir os direitos fundamentais as populações LGBT, Pessoas com Deficiência, de Combate ao Racismo, as Comunidades Tradicionais e a Pessoa Idosa.

Este também será um tema transversal e obrigatório em todos os organismos e políticas públicas do estado. E para isso iremos garantir espaços de interlocução com os movimentos sociais identitários, criando mecanismos administrativos para o combate a todas as formas de preconceitos institucionais no âmbito das estruturas do Governo do Estado.

Qualidade de Vida nas Cidades

Somos miscigenados e em vivemos em convívio criativo. Assim é SC, uma terra para todos e todas: índios, portugueses, negros e quilombolas, germânicos, italianos, mulatos, poloneses, austríacos, japoneses, argentinos, paraguaios, uruguaios, chilenos, gaúchos, paranaenses, paulistas, baianos, capixabas, oriundos de muitos lugares. Somos todos(as) catarinenses. Somos encontro, nossa identidade é a diversidade. Orgulhamos-nos desta diversidade, de termos ao nosso lado, cidades e territórios com formações culturais distintas.

A poucos quilômetros, outros costumes, outros modos de vida. Vamos preservar nossas heranças culturais e afetivas, somos cosmopolitas, cidadãos do mundo, somos brasileiros e locais. Adoramos nosso estado, mas não somos arrogantes, muito menos xenófobos, na verdade, esbanjamos simpatia, gostamos de receber bem aqueles que nos visitam e aqueles que se encantam com Santa Catarina.

Somos um estado cultural, somos reconhecidos por isso, mas ainda não despertamos para este potencial criativo. A partir deste diagnóstico gestaremos uma política cultural consistente, que reconheça a diversidade presente em cada município, em cada região, proveniente de diversas matizes culturais. Esta política estadual de cultura dará ênfase à estruturação de um Sistema Estadual de Cultura e de Sistemas Setoriais, com base numa Lei Orgânica da Cultura do Estado, que definirá e institucionalizará mecanismos de gestão.

Eliminaremos a sobreposições de funções entre as estruturas do estado, suas ações, e seus respectivos conflitos administrativos, consolidando um sistema moderno e democrático de financiamento e fomento à cultura em Santa Catarina em articulação com o Ministério da Cultura, e estabelecimento de parcerias com prefeituras e as associações e redes culturais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

Fortalecer a Economia Catarinense

Em termos gerais, a participação da indústria catarinense no conjunto da produção nacional manteve-se relativamente estável na última década. Temos a convicção de que o nosso governo apresentará contribuições valiosas para ampliar e qualificar esta participação com a adoção pactuada de um conjunto de medidas, articuladas em torno de uma política de desenvolvimento para o setor industrial catarinense, a ser consolidada com base nos seguintes fundamentos:

1. *Política Industrial Sustentável*: envolvendo iniciativas como a constituição de áreas de incubação empresarial e tecnológica, e de parques tecnológicos; Composição de fundos compartilhados com o setor privado para o desenvolvimento de projetos estratégicos para os setores; apoio à consolidação de arranjos produtivos locais e setoriais; promoção de estudos e análises sobre as especificidades e dinâmicas setoriais, com vistas à identificação dos elos estratégicos de cada um dos setores que serão objeto de ação específica; identificação de setores dinâmicos; suporte à modernização e ou à reconversão de setores declinantes; foco de atenção especial aos empreendimentos da economia solidária e do associativismo, de micro e pequenas empresas industriais, considerando impactos sobre emprego e inovações que estes segmentos podem apresentar; ênfase especial a uma ativa política de inovações industriais, envolvendo tecnologias da informação, soluções em gestão, em logística e em comércio eletrônico, entre outros.
2. *Política Fiscal Ativa*: envolvendo o uso de estímulos fiscais de modo seletivo, negociado e com resultados monitorados; uso das compras governamentais no estado e nos municípios catarinenses para estimular a atividade industrial catarinense, assim como, apoio para a maior inserção da indústria catarinense nas compras do governo federal e em outros estados; consolidação de um sistema de financiamento para o desenvolvimento industrial, envolvendo as instituições públicas estaduais, regionais e federais de financiamento (BADESC, BRDE, BB, CEF, BNDES).
3. *Programa de Formação e Qualificação Profissional Continuada*: constituição do sistema de formação e qualificação profissional dos trabalhadores(as) catarinenses, em parceria estreita com as organizações do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAR e SEBRAE), das escolas técnicas e universidades catarinenses; desenvolvimento de programas de formação ampliados e específicos que contribuam tanto para a especialização técnica como para a configuração de profissionais e cidadãos mais autônomos e responsáveis.
4. *Política de Estímulo à Justa Remuneração dos Trabalhadores*: considerando a relevância que remunerações justas podem trazer para a ampliação e consolidação de mercados locais e regionais, assim como, para a elevação da produtividade industrial, nosso governo desenvolverá iniciativas negociadas com o setor privado que estimulem políticas remuneratórias que beneficiem os ganhos dos trabalhadores.
5. *Programa de Simplificação Administrativa*: a agilização dos negócios e das atividades do governo é uma de nossas premissas. Para tanto, em articulação com os governos municipais e com a rede de instituições envolvidas nos processos de abertura de empresas, registro de produtos e serviços e comercialização, constituiremos um programa de

simplificação administrativa que resultará na redução dos tempos e documentos exigidos para o funcionamento da atividade industrial.

6. *Micro empresa e Empreendedor Individual*: terão política específica para seu desenvolvimento.

Inovações e Ciência & Tecnologia

Ciência e Tecnologia se tornaram o fator determinante na promoção do progresso das sociedades. Conscientes de que a importância de um país ou estado na sociedade da informação em grande medida é determinada pela sua capacidade de gerar ciência & tecnologia (C&T), iremos além desta premissa.

Em todas as áreas, o nosso governo dará prioridade às inovações tecnológicas, à geração de ciência & tecnologias voltadas a melhoria da qualidade de vida dos(as) catarinenses, à geração de emprego e renda e a enfrentar o enorme desafio das mudanças climáticas: priorizará a produção de alimentos saudáveis, fortalecerá as micro e pequenas empresas que geram empregos e tecnologias eficientes, atuará para modificar a matriz de transporte e energia, encorajando as modalidades que aumentem a competitividade da economia com menor impacto ambiental.

Desenvolverá inovações para a pequena produção rural, contribuindo para melhorar a produtividade, facilitando o processo de trabalho, melhorando a qualidade da produção, aumentando a renda dos produtores rurais. Estimulará inovações que contribuam para o redesenho das regiões metropolitanas, dotando as cidades de melhores condições de vida e saúde. Na era do conhecimento e da informação, um dos segmentos que mais cresce em Santa Catarina é a indústria de informática sendo na sua maioria micro e pequenas empresas. Sua importância é dada não somente pela alta capacidade de gerar riqueza e empregos, mas, sobretudo por ser um dos fatores decisivos para a competitividade dos setores econômicos, assegurando desde já uma prioridade especial em nosso governo.

O uso intensivo de tecnologia será a base também do modelo de gestão administrativa para otimizar recursos, ampliar a eficiência e a transparência das ações governamentais, eliminar burocracias desnecessárias e para ampliar e melhorar a prestação dos serviços públicos. Colocaremos a tecnologia e a inovação a serviço do cidadão.

Nosso estado detém renomadas universidades públicas e privadas, excelentes centros de pesquisa, empresas produtoras de tecnologias, pesquisadores e estudantes talentosos, que proporcionam valiosas condições para que Santa Catarina se transforme em referência nacional em inovações e geração de tecnologias. Experiências de outros países demonstram que a liderança em inovações tecnológicas passa também por massivos investimentos em educação básica e de qualidade. O nosso governo em parcerias com a sociedade catarinense e com o governo federal assumirá este desafio como primordial para o futuro do nosso estado e das próximas gerações.

Infraestrutura e Logística

Nosso plano de Logística e Transporte retomará o conceito de planejamento de médio e longo prazo para o setor. Desde já algumas premissas básicas serão consideradas: integração com o planejamento territorial das cidades, respeito ao meio ambiente, redução de desigualdades regionais, indução ao desenvolvimento e participação equilibrada dos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário.

Em parceria com o Governo Federal, vamos viabilizar meios para um uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transporte. Por isso vamos trabalhar incansavelmente para viabilizar a construção das ferrovias do Frango e Norte-Sul.

Visaremos à integração multimodal e a efetivação de obras de construção, pavimentação e ampliação de capacidade para o incremento da eficiência do abastecimento de insumos e do escoamento da produção em áreas que ostentem maior grau de consolidação e de desenvolvimento em sua estrutura produtiva como infraestrutura viária, dragagem e vias de acesso portuário e eliminação de conflitos entre ferrovias e zonas urbanas.

Vamos trabalhar para a implantação e melhoramentos na infraestrutura viária, de maneira a despertar o potencial de desenvolvimento em regiões que apresentem indicadores econômicos e sociais abaixo dos valores médios nacionais e estaduais, de forma a reduzir as desigualdades eventualmente existentes. O nosso governo terá um papel de promotor da logística e infraestrutura, sempre buscando a parceria com o setor privado, visando fortalecer uma sólida cadeia produtiva no setor e a promoção do desenvolvimento do setor industrial.

Nosso governo será parceiro na busca de soluções que revertam os problemas de mobilidade no interior das médias e grandes cidades catarinenses. Contribuindo com obras e ações que retirem o tráfego pesado das regiões centrais das cidades. E pavimentando ligações entre pequenas cidades, visando evitar o tráfego desnecessário nas rodovias estaduais e federais que cortam o estado.

Reorganizaremos o transporte coletivo intermunicipal, ampliando suas linhas e exigindo qualidade nos serviços prestados pelas concessionárias para torná-lo alternativa real de mobilidade nas regiões metropolitanas e conurbados urbanos. Além de investir em outros modais como as ciclofaixas junto as rodovias estaduais.

A gigantesca ampliação do setor aéreo brasileiro na última década, com aumento exponencial de pousos e decolagens, de número de passageiros, e barateamento das tarifas trouxeram a popularização do transporte aéreo. Em SC não foi diferente, segundo dados oficiais, praticamente dobramos o número de passageiros que utilizaram nossos poucos aeroportos. Não podemos mais ignorar que este modal é hoje uma alternativa de transporte entre as cidades catarinenses para boa parcela da população, por isso precisamos ampliar e modernizar aeroportos regionais para receberem linhas regulares.

Energia

Temos potencial para fazer de Santa Catarina um estado referência na autossuficiência e sustentabilidade energética a partir do aproveitamento inteligente do diversificado potencial energético que temos. O Plano Energético de Santa Catarina deve ter consonância com o Plano Nacional de Energia de longo prazo, visando sustentar a autossuficiência da matriz

energética do Estado, com foco na diversificação e aproveitamento do potencial de fontes alternativas renováveis.

Iremos investir na pesquisa e estímulo das potencialidades energéticas e características regionais. Fazendo com que o aproveitamento energético seja um mecanismo de transferência de renda e melhor distribuição da riqueza do estado. As iniciativas do governo na área de energia serão estimuladas por formas cooperativas, associadas e comunitárias de participação no desenvolvimento das iniciativas.

A Celesc voltará a ser uma empresa pública de referência. Reforçaremos seu papel de empresa estratégica para o desenvolvimento do estado. Direcionaremos seus investimentos para resolução dos gargalos na distribuição de energia que vem prejudicando o desenvolvimento da economia em algumas regiões, especialmente aos setores agrícolas e industriais, e afetando a qualidade de vida das pequenas até as grandes cidades.

A SCGÁS irá expandir o acesso ao gás natural para as regiões de SC que ainda não são abastecidas. Contribuindo na diminuição de custos da produção industrial, e promovendo alternativas energéticas ao cidadão como no abastecimento de veículos.

Investimentos em biodigestores, energia eólica, carvão, pequenas centrais hidroelétricas (PCHs), resíduos sólidos e efluentes líquidos serão feitos como incentivo a expansão de outras matrizes energéticas.

Saneamento

Em relação ao abastecimento de água, a situação do estado está aparentemente a contento, com a quase totalidade dos municípios contando com abastecimento pleno, algo em torno de 99% das áreas urbanas atendidas. Mas os períodos de estiagem no oeste catarinense e os problemas frequentes de abastecimento em nosso litoral demonstram que é necessário novos investimentos para evitar prejuízos à economia regional e danos à saúde e qualidade de vida de nossa gente.

Já em relação ao esgotamento sanitário, a situação catarinense é uma das piores do país, resultado de uma estratégia centrada na redução crescente de investimentos (especialmente com recursos não onerosos) e no adiamento da meta de universalização dos serviços. Enquanto na média nacional 49% da população ainda não tem acesso à rede geral de esgoto, em SC temos 73% totalmente desassistida por este serviço público. Sendo somente 12% da população urbana atendida por coleta e tratamento adequado de esgoto.

Ainda no âmbito do saneamento básico, cabe mencionar que em SC a drenagem urbana tem sido de responsabilidade integral dos municípios que, na sua grande maioria, não tem capacidade de solução própria. O Estado só vem intervindo quando da ocorrência de eventos catastróficos.

Os investimentos necessários à redução dos déficits de cobertura existentes foram retomados, mas vem dependendo basicamente de recursos do governo federal. É chegada a hora do Governo do Estado fazer sua parte. Diante deste cenário é preciso assumir a tarefa de reverter boa parte deste déficit na cobertura de esgotamento sanitário (coleta e tratamento), estabelecendo parcerias com municípios e a união.

É preciso ampliar capacidade de produção, reservação e distribuição de água tratada, com planos de contingências para adversidades e picos sazonais de consumo. E contribuir com os municípios na busca de soluções consorciadas para gestão dos resíduos sólidos, especialmente a reciclagem.

Turismo

Nosso estado tem uma forte vocação para o turismo, porém, não há uma política de Estado voltada para potencializar este setor. Diante disso propomos organizar um modelo de turismo sustentável, que atenda as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras, respeitando as potencialidades advindas da diversidade e do patrimônio cultural, desenvolvendo novas modalidades de turismo, a preservação das paisagens culturais e dos recursos naturais, a ampliação do bem estar da população local. O respeito à diversidade cultural e a preservação das paisagens, ao lado da busca da ampliação do bem estar da população local nos levam a identificar novas fronteiras para o turismo em nosso estado, melhor distribuído nos locais e territórios, mais orientado a atrair turistas motivados pelo reconhecimento da diversidade dos modos de vida, das tradições, das festas, da gastronomia, danças, músicas e demais manifestações culturais dispersas em todos os territórios.

Além disso, devemos lidar com o fato de que uma grande parcela da população catarinense não conhece o próprio estado, ou o conhece apenas parcialmente, o mesmo acontecendo com parcelas abrangentes das populações dos estados e países vizinhos que certamente sonham em conhecer SC. Para atender a estas populações é que estruturaremos um Programa de Estímulo ao Turismo Comunitário, que proporcionará apoio para a consolidação de uma rede de hospedarias mais acessíveis em todas as regiões do Estado, constituídas por empreendimentos solidários e associativos, proporcionando as bases para que este grande contingente populacional conheça e viva Santa Catarina.

Se quisermos fortalecer o turismo como atividade econômica estruturante é preciso reverter o turismo sazonal, o que implica na definição de estratégias para a estruturação de outros segmentos turísticos com potencial, tais como, o turismo comunitário, o ecoturismo, o turismo sustentável (que atrai o público interessado em preservação ambiental), o turismo de negócios, o turismo cultural; identificação de novos mercados e de visitantes em potencial; investimentos na estruturação de atrativos mais sofisticados, de valor agregado, capazes de serem âncoras regionais, estimulando e valorizando as potencialidades e produtos locais.

Economia do Mar

Santa Catarina é um dos estados com maior potencial pesqueiro do país. Por isso propomos definir e ordenar programas estruturantes da cadeia produtiva para a ampliação de investimentos, a criação de um quadro de pessoal próprio e, principalmente, a concepção de gestão que articula toda a atividade da cadeia produtiva: produção, transformação e a comercialização. Com isso pretendemos produzir alimentos, melhorar a renda, gerar empregos e qualidade de vida de pescadores e aquicultores. Valorizando a cultura das populações tradicionais, pescadores artesanais e de subsistência, fortalecendo o mercado interno, aprimorando tecnologias que garantam a recuperação dos estoques pesqueiros, além do investimento na alternativa de produção da aquicultura familiar como pilares da sustentabilidade ambiental e constituir, integrar e estruturar o sistema de saneamento básico,

qualidade da água e sanidade para desenvolvimento adequado da pesca e aqüicultura, considerando, a biossegurança e qualidade do alimento produzido.

Desenvolvimento Rural Sustentável

O Desenvolvimento Rural deve garantir o papel estratégico do espaço rural catarinense na construção do desenvolvimento estadual e nacional, na diversificação das atividades, valorizando o protagonismo dos atores sociais e a igualdade de gênero, geração e diversidade cultural.

Todos nos orgulhamos da produção familiar catarinense, trata-se de uma das nossas principais identidades. Contudo, ela enfrenta muitos problemas. Vamos dar atenção especial para o fortalecimento da agricultura familiar, sintonizados com a importância dos setores agroindustriais e de cooperativas do nosso Estado. Vamos dar garantia da segurança alimentar e nutricional, reforçando as políticas públicas de apoio aos assentamentos da reforma agrária e assegurando um modelo agrícola que garanta a preservação e manejo sustentável das paisagens naturais, dos ecossistemas e da biodiversidade e a reprodução da diversidade do patrimônio histórico-cultural das populações rurais do nosso estado.

A política de melhoria das condições de vida da produção familiar será exemplar e articulará ações em diferentes frentes visando garantir a aquisição de alimentos da pequena produção rural para alimentar nossa rede de escolas, hospitais, creches, instituições de atendimento a jovens e idosos, restaurantes e feiras populares, garantindo alimento de qualidade para a população, preço justo e escoamento para o pequeno produtor.

Nosso projeto envolverá uma série de inovação tecnológicas, em parceria com redes de universidades e centros de pesquisa como a Embrapa e Epagri, orientadas para melhorar as condições de trabalho, de produtividade, e a qualidade de vida das populações rurais. Os programas de assistência técnica, diversificação e agregação de valor à produção envolvendo a Epagri, a rede de universidades, rede de escolas técnicas agrícolas catarinenses e ONGs.

Teremos um programa específico de melhoria da habitação no campo e de acesso à telefonia e à internet no mundo rural. A infraestrutura para a agricultura, e por consequência para população rural, deve promover condições similares aos cidadãos urbanos de acesso aos serviços e políticas públicas (transporte, armazenagem, logística, comunicação, telefonia e internet)

A população que vive no campo é fundamental para a conservação e o equilíbrio ambiental, e o pagamento por serviços ambientais tem cada vez mais se apresentado como ferramenta para redução do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Defesa Civil

Através da conjugação dos preceitos de justiça e de gestão, estruturaremos um conjunto de políticas que aponte claramente o caminho da transição para um modelo de desenvolvimento sustentável com recorte territorial, setorial e socialmente justo. As diretrizes e critérios derivados de uma política sustentável terão forte influência em todas as demais

políticas governamentais. Assumir a transversalidade e a complementaridade das políticas públicas é uma condição fundamental para enfrentar as limitações de recursos, a vulnerabilidade e as implicações das alterações climáticas que afetam diferentes setores e segmentos do território catarinense.

As mudanças climáticas estão entre os principais desafios da sociedade contemporânea. A chamada economia verde, ou economia de baixo carbono, cresce desta forma como alternativa no mundo todo. Temos todas as condições para constituir em SC uma vigorosa indústria de tecnologias limpas e de energias alternativas, ou seja, nosso governo mobilizará recursos orçamentários, regulações e políticas de incentivos fiscais, universidades e centros de pesquisas, mecanismos de articulação política e econômica para constituirmos nosso estado como um centro vigoroso de produção e exportação de tecnologias limpas, de energias renováveis e de soluções para problemas ambientais. Temos todas as condições de converter um problema numa fonte de soluções para questões ambientais e em divisas para o estado.

Nosso governo terá uma atitude pró-ativa por meio de uma série de medidas, entre as quais, a adoção de normas e regulamentações direcionadas a todas as áreas como, por exemplo, para as licitações públicas, quando serão promovidos critérios socioambientais a serem atendidos pelas empresas participantes de processos de licitação. Também a política tributária estadual deve ser atualizada incorporando esta questão, estimulando produtos e serviços menos poluentes.

A preservação de nossos recursos hídricos e das nossas paisagens naturais estará em primeiro plano. Por isto, daremos atenção especial à proteção e preservação das diversas fontes de água potável presentes em solo catarinense. Em articulação com as prefeituras municipais, com os empresários e com a sociedade civil, desenvolveremos um ambicioso programa de despoluição de praias, rios, lagos e lagoas.

Atenção especialmente será dada ao papel da Defesa Civil e ao gerenciamento de crises nos municípios para se antecipar e evitar os efeitos negativos sobre a sociedade. A população espera uma ação consistente e inteligente de seu governo, e nós faremos isso através da composição de um sistema de logística estruturado, integrado e racionalmente distribuído nas regiões, capaz de atender, num curtíssimo espaço de tempo, as populações atingidas por acidentes e catástrofes ambientais em aspectos como meios de transportes para retirada das populações em risco de áreas atingidas, primeiros socorros e atendimento de saúde, alimentação, abrigo temporário, reconstrução de moradias e liberação de recursos emergenciais, envolvendo a sociedade no controle e execução das iniciativas relacionadas à proteção civil.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EFICIÊNCIA DO ESTADO

Olhando o Futuro

O papel de governo democrático e profundamente comprometido com os interesses das maiorias é ser protagonista em apontar caminhos que tragam segurança e esperança para a sociedade diante das incertezas do futuro. O programa de governo vai lidar com o presente, mas, simultaneamente deve também apontar os caminhos para o futuro. Em síntese pretendemos indicar onde queremos chegar, qual SC queremos para as próximas décadas. Vamos plantar sementes de uma sociedade sustentável que nossos filhos e netos irão se beneficiar.

Democrático e Participativo

Aprofundaremos a democracia com maior participação social nas políticas públicas, inclusão social, reconhecimento e fortalecimento dos direitos humanos e da diversidade cultural. A diversidade do povo catarinense é uma das nossas principais riquezas. Ampliaremos o diálogo com atores políticos, econômicos, sociais, ambientais, sociedade civil, mulheres, aposentados, jovens e servidores públicos.

Embora tenhamos avançado muito em termos de participação popular e cidadã nas políticas públicas no Brasil na última década, em Santa Catarina, por conta de uma profunda resistência do Governo do Estado, articulado com os setores mais retrógrados da política catarinense, as políticas de participação foram rigorosamente ignoradas pelos que estão à frente da gestão do executivo. A má vontade na aplicação de qualquer política que transfira, mesmo que em pequena monta, os poderes do executivo para instâncias de participação da sociedade é talvez a característica mais marcante da identidade conservadora do modelo de governo em curso. Nossos adversários se fazem aqui legatários da velha política coronelista e reivindicam exclusividade na decisão de questões que afetam a vida de todos os(as) catarinenses. O preço disto para todos nós é um governo que ignora completamente todo e qualquer diálogo com as forças vivas da sociedade e operou a partir de interesses particulares e racionalidades de gabinete que são, para dizer o mínimo, desarticuladas do real.

Mesmo as políticas conquistadas no campo da participação da sociedade, como o Orçamento Regionalizado, foram ignoradas, tornando-se, quando muito, instrumentos de consulta que não tem qualquer influência real nas decisões sobre a gestão do poder público. Não há democracia sem uma distribuição justa do poder e da renda. Sabendo isto a alternativa que o Partido dos Trabalhadores propõe ao povo catarinense é a construção de um governo Democrático e Participativo.

Combateremos as históricas “doenças administrativas” como o clientelismo que contamina a administração pública e compromete projetos político-administrativos democráticos. Vamos inverter esta lógica, definindo a participação popular como eixo estruturante de todo o governo. Para isso propomos um governo em permanente comunicação com a sociedade, organizando mecanismos de atenção aos seus anseios e demandas, seja na articulação de fóruns públicos, seja através de mecanismos de transparência, de gestão democrática e competente.

Descentralizar de Verdade

Vamos descentralizar o que de fato coloca as pessoas em primeiro lugar, o orçamento para obras e ações e a presença do governante e de sua equipe. Para descentralizar de verdade vamos extinguir as SDRs, eliminando uma estrutura política que consome 450 milhões ano somente para sua manutenção. Vamos enxugar a estrutura política de governo para tornar o Estado forte, ampliando consideravelmente sua capacidade de investimento.

Criaremos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que terá o papel de analisar, debater e propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico e social de SC. Sendo constituído a partir da pluralidade da sociedade catarinense, num ambiente de reflexão, trânsito de ideias, e acima de tudo, com respeito às diferenças na busca de consensos.

Dividiremos com a população o poder de decidir quais as prioridades de investimento do Estado. E faremos isso promovendo a democratização do planejamento e do orçamento público, seja pelo PPA ou pelo Orçamento Participativo (OP). Destinaremos todo o recurso hoje destinado ao Fundo Social para as obras e ações decididas pelas regiões através do OP.

Organizaremos o gabinete digital e o governo itinerante para diminuir a distância entre a sociedade e o governador.

Descentralização será diretriz do planejamento estratégico do governo, organizando todas as áreas para presença constante do governo nas cidades. Articulando planos de desenvolvimento das distintas regiões, elegendo as associações de municípios como parceiras estratégicas para o desenvolvimento regional. Faremos um governo eminentemente municipalista.

Governo Republicano

Estabeleceremos uma relação republicana com os municípios, sem intermediários, recebendo suas demandas diretamente e financiando suas obras e ações. Diminuindo a burocracia e a sobreposição de funções dos órgãos estaduais, reorganizando o Estado para atender as demandas dos municípios por meio da Secretaria das Cidades (planejamento urbano, saneamento, habitação e mobilidade).

Vamos fazer valer o estatuto do Badesc, tornando-o de fato um banco de fomento ao desenvolvimento com a redução dos juros cobrados aos municípios. Potencializando também a atuação do BRDE para o desenvolvimento urbano e rural.

Iremos inverter prioridades no Prodec, destinando seus recursos às regiões menos desenvolvidas e desconcentrando-o das grandes empresas.



O PT FAZ BEM

DIRETRIZES PARA TRANSFORMAR SANTA CATARINA

Cláudio Vignatti
Governador

Thiago Morastoni
Vice Governador

Milton Mendes
Senador

Ricardo Baratieri Liliane Zuchi
Primeiro Suplente Segunda Suplente